



# ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA GRANDE IDADE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

## ESTATUTOS



ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA  
GRANDE IDADE  
**INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

## CAPÍTULO I Princípios Gerais

### Artigo 1º (Natureza e Sede)

1. A Associação Amigos da Grande Idade – Inovação e Desenvolvimento, adiante designada por AAGI é uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, que durará por tempo indeterminado.
2. A AAGI rege-se pela Lei, pelos presentes estatutos e respectivos regulamentos.
3. A AAGI é constituída pelos cidadãos no pleno exercício da sua cidadania que comungam dos objectivos definidos nestes estatutos e que cumpram os seus deveres de sócios.
4. A Associação tem sede provisória na Rua de Lisboa, 431, 2925-566 Brejos de Azeitão, freguesia de São Lourenço, Concelho de Setúbal, podendo abrir delegações em qualquer parte do país ou estrangeiro.

### Artigo 2º (Objectivos)

A Associação tem por objectivo a promoção de actividades no âmbito da saúde e apoio social.

### Artigo 3º (Atribuições)

Com vista à realização dos seus objectivos a Associação tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Criar, desenvolver, promover programas de voluntariado de Instituições ou cidadãos particulares;
- b) Desenvolver projectos de saúde e sociais;
- c) Realizar gestão de serviços, incluindo Instituições de saúde e promover actividades de sustentabilidade económica na área dos serviços e saúde;
- d) Desenvolver programas inovadores de apoio à Grande Idade.

- e) Proporcionar aos associados o acesso a programas de voluntariado;
- f) Organizar grupos de trabalho para a investigação e análise de questões relacionadas com a Grande Idade;
- g) Editar documentos, revistas e jornais de interesse relevante;
- h) Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários;
- i) Promover programas de formação;
- j) Constituir equipas operacionais para a gestão de projectos de saúde e de Instituições de saúde;
- k) Realizar assessoria e consultadoria;
- l) Promover parcerias com Instituições Públicas, Sociais e Privadas nacionais e estrangeiras;
- m) Colaborar e apoiar projectos a desenvolver por associados ou que tenham intervenção de associados;
- n) Promover debate público sobre a problemática da Grande Idade.

## CAPITULO II

### Dos Sócios

#### Artigo 4º

#### (Sócios)

1. Podem ser membros da Associação as pessoas, individuais ou colectivas, que se identificarem com os objectivos constantes destes Estatutos e preencham os requisitos aqui estabelecidos.
2. Os sócios poderão ser fundadores, efectivos, honorários ou beneméritos.
3. São considerados sócios fundadores todos aqueles que se associem à Associação na data da sua constituição e até 30 dias após a publicação e registos definitivos ou à data da eleição dos primeiros corpos gerentes.
4. O conjunto dos sócios fundadores constitui o Conselho Superior da Associação, adiante designado por CSA cujas atribuições estão definidas nestes Estatutos e em regulamento próprio.
5. Poderão vir a ser considerados sócios fundadores todos aqueles que, por aprovação exclusiva do CSA queiram exercer essa qualidade.
6. São associados efectivos todas as pessoas singulares que se associem à Associação e cumpra os presentes Estatutos.

7. São associados honorários as pessoas, singulares ou colectivas, a quem o CSA atribuir essa categoria, por terem contribuído significativamente para o desenvolvimento de projectos que se enquadrem nos objectivos da Associação.
8. São associados beneméritos as pessoas singulares ou colectivas que tenham feito doação valiosa ou contribuído de forma relevante para o progresso da Associação e a quem o CSA atribuir essa categoria.
9. O processo de admissão dos sócios efectivos será da exclusiva responsabilidade da Direcção e fixado pela mesma.
10. A qualidade de sócio pode ser retirada em caso de comportamento considerado lesivo dos interesses da associação e é da exclusiva responsabilidade do CSA.
11. Os sócios honorários e beneméritos poderão ou não estar isentos de quotas;

#### Artigo 5º (Direitos dos sócios)

1. São direitos dos sócios:
  - a) Eleger e ser eleito para os corpos gerentes;
  - b) Participar nas actividades da Associação;
  - c) Solicitar todos os esclarecimentos sobre o funcionamento da Associação;
  - d) Intervir nas Assembleias-gerais da Associação, discutindo e votando todas as deliberações.

#### Artigo 6º (Deveres dos Sócios)

1. Constituem deveres dos sócios:
  - a) Liquidar pontualmente as suas obrigações monetárias para com a Associação;
  - b) Cumprir as disposições estatutárias da Associação, bem como respeitar as deliberações dos seus órgãos;
  - c) Desempenharem os cargos para que forem eleitos;
  - d) Zelar pelo património da Associação, bem como pelo seu bom nome e engrandecimento.

## Artigo 7º (Perda da qualidade de sócio)

1. Perdem a qualidade de sócio, os sócios que:
  - a) Solicitem a sua desvinculação, mediante comunicação por escrito, dirigida à Direcção;
  - b) Deixem atrasar mais de dois meses o pagamento de quotas;
  - c) Deixem de cumprir as obrigações estatutárias e regulamentos ou atentem contra os interesses da Associação;
2. A exclusão nos termos da alínea c) do número um será da exclusiva responsabilidade do CSA.

## CAPITULO III Dos Órgãos

### Artigo 8º (Órgãos)

1. São órgãos da Associação:
  - a) O Conselho Superior da Associação, CSA.
  - b) A Assembleia-geral, AG.
  - c) A Direcção
  - d) O Conselho Fiscal, CF.
2. As condições de funcionamento destes e dos demais órgãos da Associação, bem como o processo de eleição e a competência dos respectivos membros, serão objecto de regulamentos próprios aprovados pelo CSA.

### Artigo 9º (Conselho Superior da Associação)

1. O CSA é constituído por todos os sócios fundadores conforme alínea 3 e 4 do Artigo 4º.
2. Ao CSA compete:

- a) Dar parecer sobre as propostas de candidatura de sócios aos corpos gerentes;
  - b) Ratificar decisões específicas da Direcção previstas nestes estatutos;
  - c) Ratificar e aprovar os programas de actividade anuais e o relatório e contas da Gerência.
  - d) Ratificar os resultados eleitorais das eleições para os órgãos gerentes;
  - e) Preencher os lugares nos órgãos sociais por renúncia, perda ou termo de mandato dos seus elementos até ratificação da AG.
  - f) Aprovar propostas da Direcção de Hipotecar, onerar, permutar ou vender património;
  - g) Aprovar propostas da Direcção para contrair empréstimos;
  - h) Ratificar decisões da AG e em caso de não ratificação fazê-las voltar a discutir em AG, sendo que as mesmas serão definitivamente aceites após nova aprovação.
  - i) Convocar extraordinariamente a AG.
3. As decisões do CSA são tomadas por maioria simples sendo o seu funcionamento determinado por Regulamento próprio desse Órgão.

#### Artigo 10º (Assembleia Geral)

- 1. A AG é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos.
- 2. A AG reúne por convocação da Direcção ordinariamente e extraordinariamente desde que convocada por quatro quintos dos sócios ou por convocação do CSA.
- 3. A AG reúne obrigatoriamente pelo menos duas vezes por ano, em Março e Novembro para aprovação de relatório e contas e aprovação de programa de actividades e orçamento;
- 4. A AG será presidida por uma mesa composta por 3 sócios, eleita em lista maioritária.
- 5. Compete à AG:
  - a) Propor alteração ou reformulação dos Estatutos;
  - b) Aprovar e alterar o seu regimento;
  - c) Eleger e destituir os órgãos da Associação;
  - d) Promover a discussão dos programas de actividade anuais;
  - e) Analisar relatório e contas de gerência;
  - f) Aprovar o orçamento anual;
  - g) A extinção da Associação;

- h) Aprovar o balanço.
- 6. As deliberações da AG são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes com excepção das deliberações sobre alterações dos Estatutos para as quais se exige o voto favorável de três quartos do número de associados presentes e das deliberações sobre a dissolução para as quais se requer o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.
- 7. Cada membro da AG dispõe de um voto.
- 8. A convocatória para a AG é feita com quinze dias de antecedência, por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados, dela constando o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem do dia.
- 9. A AG funcionará em primeira convocatória, com pelo menos metade dos associados em pleno gozo dos seus direitos.
- 10. Caso esse número não esteja presente, a AG funcionará meia hora depois, com qualquer número de presenças.

#### Artigo 11º (Direcção)

- 1. A Direcção é o órgão executivo da Associação, constituída por 3 elementos eleitos em lista maioritária, sendo um dos elementos o Presidente, podendo ter suplentes ou não.
- 2. As decisões da Direcção são tomadas por maioria simples.
- 3. A Direcção reúne, ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do seu presidente.
- 4. Compete à Direcção:
  - a) Propor e executar o Plano de Actividades e o orçamento;
  - b) Apresentar relatório e contas de gerência;
  - c) Aprovar o seu regimento;
  - d) Admitir novos associados;
  - e) Exercer poder disciplinar;
  - f) Aceitar subsídios, doações, heranças ou legados;
  - g) Propor a Hipoteca, oneração, permuta ou venda de património;
  - h) Representar a Associação;
  - i) Gerir económica e financeiramente a associação, abrindo e movimentando contas bancárias, obrigando-se a duas assinaturas, sendo a do presidente obrigatória;
  - j) Propor à Assembleia Geral o pedido de empréstimos.

5. A Direcção poderá constituir comissões especializadas com atribuições específicas no âmbito do objecto da Associação e sujeitas a regulamento a aprovar pelo CSA, bem como grupos de trabalho para estudo e promoção de iniciativas.
6. A Direcção pode delegar funções e atribuições em qualquer dos seus membros bem como mandar pessoas estranhas à Associação para os efeitos que julgar convenientes.

### Artigo 12º (Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é composto por 3 elementos eleitos em lista maioritária.
2. Compete ao Conselho Fiscal:
  - a) Elaborar parecer anual sobre o relatório e contas de gerência, apresentado pela Direcção;
  - b) Solicitar à Direcção todas as informações consideradas úteis no normal funcionamento;
  - c) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentação da Associação.

### Artigo 13º (Renúncia, perda e termo de mandato)

1. Sempre que se verifique vacatura de um cargo da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção ou do Conselho Fiscal, por exclusão, desvinculação ou impedimento do membro eleito, será feito o seu preenchimento provisório, por designação do CSA, até ratificação da Assembleia Geral seguinte.
2. No caso de ficarem vagos, simultânea ou sucessivamente, mais de três quintos dos cargos da Direcção ou dois terços dos cargos da AG ou do CF, haverá lugar a novas eleições para esse órgão, cessando o



mandato dos elementos assim eleitos na data prevista para o termo do mandato dos membros cessantes.

## CAPITULO IV

### Bens

#### Artigo 14º

##### (Receitas)

1. Constituem receitas da Associação:
  - a) Subsídios de entidades publicas ou privadas;
  - b) Exploração da sua actividade;
  - c) Quotização dos sócios fixada em Assembleia-geral;
  - d) Quaisquer outras receitas que sejam atribuídas.
2. Constituem bens da Associação:
  - a) Doações, Heranças e Legados

## CAPITULO V

### Disposições comuns

#### Artigo 15º

##### (Duração do Mandato)

A duração do mandato dos órgãos sociais é de 5 anos podendo renovar-se por iguais períodos.

#### Artigo 16º

##### (Eleição dos Órgãos)

1. A eleição dos órgãos é definida por Regulamento Eleitoral a aprovar pelo CSA.

## Artigo 17º (Incompatibilidades)

1. Os membros do CF não podem exercer funções na Direcção ou na Assembleia-geral.
2. Todos os associados bem como os elementos dos órgãos podem desenvolver actividades particulares sendo possível realizar parcerias e contratos com a Associação.

## Artigo 18º (Compensações económicas)

1. Os membros dos órgãos bem como qualquer associado podem ser remunerados pelo desenvolvimento de trabalhos contratados com a Associação.

## Artigo 19º (Comissão Instaladora)

Enquanto não estiverem eleitos os órgãos sociais ficará designada no acto da constituição da associação uma Comissão Instaladora, dotada dos poderes que correspondem aos órgãos sociais e que em particular deverá preparar e assegurar a realização dos actos eleitorais necessários ao preenchimento daqueles órgãos, no período máximo de seis meses após a constituição da Associação.

A Comissão Instaladora é constituída pelos sócios fundadores que igualmente constituem o CSA e fazem parte: